

Sem reciprocidade não há desenvolvimento

ECONOMIA O atual modelo econômico baseado na produção e circulação de riquezas mostrou-se incapaz de produzir um desenvolvimento integral dos povos. A economia mundial precisa de novos valores. Conversamos sobre esse assunto com a professora de economia da Universidade de Abidjã (Costa do Marfim), **Geneviève Sanze**, que é especialista em ética empresarial e desenvolvimento sustentável

José Antônio Faro

Durante os dias da assembleia e da jornada, na cidade de Vargem Grande Paulista e de São Paulo, respectivamente, que relembrou os 20 anos de vida do projeto Economia de Comunhão (EdC), uma das presenças mais marcantes foi a da comitiva africana. Não somente pela beleza da indumentária característica, colorida e vivaz, que comunicava toda a vitalidade e a força dos povos africanos, mas também pela contribuição de ideias e experiências que permearam todos os debates e consequentes decisões tomadas nos dois eventos. Uma contribuição que, inclusive, havia sido amadurecida e refinada num congresso preparatório para as comemorações dos 20 anos de EdC, realizado dois meses antes, em Nairóbi, capital do Quênia: o Congresso Panafricano de Economia de Comunhão.

Entre as exposições, durante os dias de assembleia nacional da EdC, uma das mais marcantes, pela originalidade e pela profundidade da análise, foi a da economista Geneviève

Sanze, da Costa do Marfim: “Os desafios do desenvolvimento da pobreza, segundo a perspectiva da comunhão”. A abordagem que havia sido desenvolvida a partir dos desafios enfrentados, hoje, pelos povos africanos, na busca de um caminho próprio de desenvolvimento, serviu como base para apresentar a contribuição que o projeto de Economia de Comunhão pode dar no enfrentamento da questão da pobreza.

Com a sua linguagem clara e direta – profundamente enraizada na sua experiência de vida –, Geneviève conversa com *Cidade Nova*, analisa os limites do atual modelo de desenvolvimento e propõe uma leitura original e rica sobre a pobreza e a sua superação, por meio de relações de comunhão e de reciprocidade.

Cidade Nova: Para começar, poderia falar um pouco da situação atual do continente africano e dos desafios enfrentados para o seu desenvolvimento?

Geneviève Sanze: Para nós, africanos, discutir sobre a pobreza não

é necessário, porque convivemos com ela todos os dias; não precisamos de teorias para compreendê-la. No nosso continente, a pobreza é multidimensional. É uma privação profunda de bens materiais e culturais, que impede o desenvolvimento normal do indivíduo a ponto de comprometer a sua integridade.

Desde o início da vida, a pobreza cria uma barreira intransponível para o desenvolvimento da pessoa: carência alimentar, saúde frágil, condições miseráveis de vida; vida familiar instável e sérias feridas afetivas durante a infância; ausência de modelos úteis para o desenvolvimento intelectual; complexo de inferioridade, que coloca a pessoa num estado permanente de subordinação, de humilhação e de consentimento da injustiça. Essa é a realidade que enfrentamos todos os dias e da qual nascem vários desafios.

Quais são esses desafios?

O primeiro é a promoção socio-cultural dos povos africanos. A cultura é uma das principais dimensões



Citã Nuova

do desenvolvimento. Para ser sustentável, o desenvolvimento deve estar fundamentado nos valores endógenos dos povos. Nesse sentido, o tradicional sistema de segurança social na África bem como a ajuda mútua tradicional e instrumentos, como as cadernetas de poupança ou os sistemas de crédito, constituem formas de solidariedade particularmente adequadas ao contexto africano, e deveriam ser consideradas num projeto de desenvolvimento.

A partir da situação do continente africano, como você avalia o atual modelo de desenvolvimento que tem sido perseguido no Ocidente e importado para o resto do mundo?

A palavra desenvolvimento e a classificação “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” fizeram sua entrada

na cena geopolítica no final da década de 1940. Uma oposição terminológica nova, mas que em pouco tempo se tornou o único modo de pensar a situação econômica do mundo.

Sob o impulso inicial dos Estados Unidos, teve início a implementação de programas de ajuda ao desenvolvimento para tentar desenvolver aqueles que eram considerados países atrasados. Essa ajuda tinha como fundamento a ideia de que cada sociedade segue etapas bem definidas de desenvolvimento – ou etapas evolutivas – que lhe permitem passar de uma situação de subdesenvolvimento a uma situação de desenvolvimento. Os países pobres não só dispunham de menor riqueza material, como também eram considerados atrasados na escala de evolução. Essa distinção entre desenvolvidos e subdesenvolvidos nas-

cia da ideia de que o Ocidente era o modelo de referência.

Qual é, na sua opinião, o maior equívoco dessa visão de desenvolvimento?

Agrupar países tão diferentes da Ásia, África e América Latina numa única categoria de subdesenvolvidos, negando suas profundas diferenças, significava um erro na leitura da realidade e uma certa indiferença com relação aos valores que não eram ocidentais. Por outro lado, essas teorias do subdesenvolvimento legitimaram, por muito tempo, um certo descaso dos países do Norte em relação à responsabilidade destes na efetivação e manutenção das dificuldades econômicas e sociais dos países pobres, ignorando ou subestimando abertamente os efeitos da colonização, do saqueio ➔

econômico e de outras formas de intercâmbio desigual.

Mesmo assim, essa visão alcançou um grande sucesso e tornou-se quase hegemônica até nos países pobres...

Havia muito otimismo, naquela época, e até se acreditava que, em dez anos, a lacuna entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seria superada. As Nações Unidas tinham até batizado a década de 1960 como a “década do desenvolvimento”. Hoje, em 2011, não sabemos dizer se – a partir dessa perspectiva de desenvolvimento – progredimos ou regredimos. Certamente a realidade tem demonstrado que o sucesso obtido foi muito menor do que o esperado. Portanto, é essencial repensar a ideia de desenvolvimento, utilizando outras categorias que levem em consideração outros aspectos para além da economia.

Quais seriam esses aspectos?

O desenvolvimento, como era visto na década de 1950, consistia no progresso tecnológico e no acúmulo de riqueza material e baseava-se no mito da produção cada vez maior de mercadorias e na ideologia do consumismo, que daria suporte à compra dos produtos que, por sua vez, alimentaria o circuito do desenvolvimento econômico. Nessa definição de desenvolvimento não eram levados em consideração fatores como as desigualdades na distribuição da riqueza ou as condições de vida das populações e, muito menos, a questão do meio ambiente.

Nos anos 1960, os problemas derivados dessa ideia de desenvolvimento emergiram de forma clara: o aumento da pobreza e do desemprego, a poluição e a destruição ambiental. E, tanto nos países do Norte quanto nos países do Sul do mundo, começou-se a falar de não



Fernanda Pomper Mayer

“Nós criamos um modelo capitalista que se desenvolveu mal em todos os lugares, porque não se baseia na reciprocidade”
Ao lado: **Geneviève Sanze**

desenvolvimento. Atualmente, muitos estudiosos defendem que, ao invés de falar sobre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é preciso reconhecer que nós criamos um modelo capitalista que se desenvolveu mal em todos os lugares, porque não se baseia na reciprocidade e na fraternidade entre os povos, mas fundamenta-se essencialmente sobre a pilhagem de riquezas, a exploração excessiva dos recursos, o domínio dos poderosos sobre os fracos, e não certamente na comunhão.

Essa constatação da crise do modelo de economia ocidental levou a alguma mudança naquilo que se entende por desenvolvimento?

Nas últimas décadas, algo começou a mudar, graças ao trabalho teórico de economistas como Amartya Sen e de filósofos como Martha Nussbaum. A partir dos estudos desses e de outros pesquisadores, o desenvolvimento começa a ser visto não tanto a partir do critério do acúmulo de bens, mas a partir do critério do acesso da população a direitos fundamentais como saúde, educação, condições de vida e, sobretudo, liberdade. Nesse contexto,

a renda é importante porque – especialmente quando deriva do trabalho – é um instrumento para se alcançar a liberdade. Mas sem levar em consideração outras condições básicas – principalmente nos âmbitos político e social – falar de desenvolvimento pode dizer muito pouco. Acreditamos que a prática e o pensamento que se desenvolvem em torno da Economia de Comunhão podem oferecer novos caminhos para a compreensão do desenvolvimento.

E qual seria, na sua opinião, a contribuição da Economia de Comunhão (EdC) para a instauração de um novo tipo de desenvolvimento?

A EdC não é primariamente uma fórmula organizacional para uma empresa mais ética ou socialmente mais responsável; é um projeto para um humanismo mais justo e fraterno. A EdC propõe dois elementos: a reciprocidade e a comunhão como fundamentos para a superação da pobreza. Essa lógica da comunhão faz toda a diferença; não se trata de benevolência de alguns em relação a outros mais necessitados, mas da reciprocidade que a comunhão gera. Só é possível fugir das armadilhas da

pobreza quando as pessoas entram na dinâmica da comunhão, quando começam a amar e a fazer do amor recíproco, do relacionamento, da fraternidade, o próprio estilo de vida.

Isso significa que também o pobre deve participar dessa dinâmica de comunhão?

Isso mesmo! A Economia de Comunhão tem como principal objetivo criar uma comunidade na qual “não existam indigentes”, segundo o modelo das primeiras comunidades cristãs. Mas para esse projeto, os pobres não são uma massa indistinta de pessoas carentes que são ajudadas. Mesmo se, muitas vezes, eles não têm outra alternativa a não ser partilhar apenas as próprias necessidades. No entanto, eles fazem isso com plena dignidade, conscientes de que fazem parte de uma família e de que dar e receber é sempre amor, não só para o destinatário, mas também para o doador.

Para a EdC, a etapa do “dar” é precedida da partilha de vida, da comunhão e da reciprocidade entre todos, numa relação de gratuidade. E isso é fundamental, porque é o relacionamento de fraternidade que cura as situações de miséria e transforma as pessoas em agentes do próprio crescimento integral. As pessoas ajudadas pelo projeto não são pobres anônimos, com exigências e necessidades genéricas, mas pessoas vivas, que fazem parte de uma comunidade em que já experimentam uma comunhão vital.

Mas isso pressupõe uma mentalidade diferente tanto de quem doa quanto de quem recebe...

Numa certa ocasião, Chiara Lubich, idealizadora da EdC, disse que esse projeto só funciona se a cultura que está na sua base for a “cultura do amor”. E ela explicou: “Falar sobre cultura do amor, significa falar

“ **Só é possível fugir das armadilhas da pobreza quando as pessoas entram na comunhão, quando começam a fazer da fraternidade o próprio estilo de vida** ”

de amor evangélico, que é um amor profundo e exigente e nos leva a dar. Dar o que temos a mais e, às vezes, o necessário, se o coração sugerir. Dar a quem precisa, sabendo que é um investimento que traz frutos com uma elevada taxa de juros, porque o nosso doar abre as mãos de Deus, cuja providência nos preenche numa medida imensurável, para que ainda possamos dar em abundância, receber e voltar a aliviar as muitas necessidades de uma multidão de pobres”.

Portanto, o amor que está na base da EdC é um amor universal, que não está destinado apenas aos pobres, mas a todos os homens. Chiara explicou que a doação não se limita à ajuda aos pobres, mas deve ser um estilo de vida. De fato, disse ela: “Doemos incessantemente: um sorriso, a nossa compreensão, o perdão, a nossa escuta atenta. Doemos a nossa inteligência, nossa vontade, a nossa disponibilidade, doemos as nossas experiências, as habilidades”.

Até agora você apresentou o lado individual dessa cultura do amor que está na base da EdC, mas o que essa experiência tem a dizer em relação ao nosso modelo de desenvolvimento?

Não é possível sair de uma situação de pobreza somente com ajuda financeira, por mais abundante que esta seja, nem somente com a redistribuição das riquezas ou a garantia

de serviços públicos – escolas, estradas, acesso à água... –, nem reforçando as relações comerciais entre o Norte e Sul do mundo.

Tudo isso é necessário, mas não suficiente. O mundo verá florescer a fraternidade e a comunhão quando formos capazes de construir relações humanas verdadeiras e profundas entre as pessoas – diferentes e iguais em dignidade –; quando forem superadas as próprias categorias de povos pobres e povos ricos, e descobriremos que ninguém no mundo é tão pobre a ponto de não poder ser um dom, um presente para o outro; quando pudermos ver e descobrir que a pobreza dos outros contém também riquezas – valores – que nos fazem experimentar que o outro é indispensável para a nossa felicidade.

Uma pessoa em dificuldades pode reencontrar em si mesma a vontade de sair de sua situação de pobreza e de insegurança e recolocar-se em caminho somente quando se sentir amada e valorizada, tratada com dignidade, porque reconhecida em seu próprio imenso valor de pessoa. É só depois desse primeiro ato de liberdade humana que cada pessoa deve cumprir, que poderão chegar ajudas, recursos, contratos, transações comerciais: todos elementos secundários, ferramentas que contribuem para o desenvolvimento global da pessoa. Esse raciocínio pode ser atribuído também às relações entre os povos. ■